



A MODERNIDADE SEM ROSTO SALVADOR E A TELEFONIA (1881-1924)

Adroaldo de Jesus Belens*

RESUMO: *O presente trabalho visa abordar a implantação dos serviços telefônicos na cidade de Salvador, no período compreendido entre 1881, quando começou a funcionar a “telefonia privada” na cidade, até 1924, quando a capital da Bahia e algumas cidades do Recôncavo começaram a comunicar-se pelo sistema de telefonia interurbana. O uso do telefone motivou novas formas de relações sociais no contexto urbano, e como a prática de trotes para as residências de políticos e para galantear as telefonistas. As mulheres telefonistas tiveram mais uma oportunidade de emprego, mas para isso eram selecionadas conforme a capacidade saúde física e a idoneidade moral. Além disso, a telefonia contribuiu decisivamente para promover mudanças no comportamento dos cidadãos e no desenho urbano de Salvador. Os grupos sociais mais influentes ampliaram sua capacidade de comunicação interpessoal, tornando-se mais fechados. Para eles, além de objetos de distinção social, os aparelhos facilitavam a articulação de práticas de lazer e a manutenção de relações próximas com as autoridades.*

Palavras-Chave: Salvador; Modernidade; Telefonia;

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a telefonia e modernidade na cidade de Salvador como resultado da dissertação de mestrado cujo tema é “A Modernidade sem Rostos: Salvador e a Telefonia (1881-1924)”, defendida em 2002 pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

Metodologicamente, pesquisar a história da telefonia em Salvador requereu uma análise apurada da documentação elaborada pelos engenheiros das companhias telefônicas, que tratavam de dados estatísticos sobre as chamadas telefônicas e extensão de linhas, ainda que na maioria das vezes carecessem de dados plenamente satisfatórios. Além deste, ofícios, atos de governo, decretos imperiais, na República, federais e estaduais; fotografias, jornais, entre outros.

A documentação evidenciou as permanentes tensões entre o poder público e privado. De um lado as empresas de telefônicas, esforçando-se para manter os seus lucros e retorno nos seus investimentos, do outro o Estado que intensificava a vigilância nos contatos entre os assinantes, além de exigir da empresa concessionária mais aparelhos para uso gratuito. Esses interesses contraditórios explicitaram os receios das elites políticas que temiam o uso indiscriminado da telefonia, sobretudo pelos descontentes com o governo.

O telefone configurou-se como instrumento que propiciou agilidade nos contatos, assim como causou deslumbramento. As pessoas falavam pelos aparelhos, não somente para suprir

* Graduado em Filosofia pela UCSAL e Mestre em História Social pela UFBA, financiado pela Capes, tendo como orientador o Prof. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas e co-orientador, Prof. Olival Freire Jr. Atualmente é professor da Faculdade de Tecnologia e Ciência, além de pesquisador pelo grupo de pesquisa Cultura, Comunicação e Sociedade, com certificação do CNPq. (abelens.bari@terra.com.br)



suas necessidades pragmáticas e cotidianas, mas também para deslumbra-se diante das possibilidades de transcendência do tempo e do espaço, pois, para uma cidade que crescia, a rapidez no fluxo das informações dinamizava os contatos interpessoais e dava às pessoas a sensação de que livremente podiam manifestar seus sentimentos e suas opiniões bem como tecer seus laços sociais. Os interlocutores conversavam de forma direta, numa relação destituída de visibilidade e sem intermediários. Aliás, a intermediação ocorria apenas no momento que a telefonista os interligavam na conversação telefônica.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

Tornou-se famosa a expressão do Imperador D. Pedro II, *Oh meu Deus, isso fala*, quando, em 1876, na Exposição Universal da Filadélfia, pela primeira vez experimentou falar ao telefone com Graham Bell, um dos inventores do sistema telefônico. A tecnologia deslumbrou homens e mulheres do século XIX e XX. Com razão, vez que os novos aparelhos facilitaram o fluxo de informações no contexto urbano e influíram na interação social, sobretudo em alguns estratos da sociedade.

Para Lilia Schwarcz (1998, p. 397), D. Pedro II sempre se preocupou em se distinguir como um *pioneiro*, aberto a novas tecnologias, o que teria se evidenciado na precoce introdução do telefone e da fotografia entre os brasileiros. Por isso, também, o Brasil teria sempre marcado presença nas Exposições Universais.

Um ano depois de haver proferido aquela famosa frase, o imperador implantou o sistema telefônico a serviço do governo, no Rio de Janeiro, ligando o seu Palácio, na Quinta da Boa Vista, à casa dos ministros de Estado. Por outro lado, a documentação existente indica que, somente a partir de 1882, algumas cidades do Império, como Salvador, Maceió, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Petrópolis, seriam beneficiadas com concessões Imperiais para a exploração de serviços de telefonia.

Todavia, a aquisição de aparelhos telefônicos, sobretudo nos Estados Unidos da América e Europa, não ocorreu tão logo que o sistema foi disponibilizado para fins comercial e residencial. As pessoas manifestaram certa resistência em relação ao invento de Graham Bell, talvez por não crerem na possibilidade de a voz humana ser transmitida por meio de impulsos eletromagnéticos. Ouvir uma outra pessoa a longa distância causava uma sensação de estranheza, sugerindo que o ser humano começava a superar os limites impostos pela natureza. Entretanto, inúmeras campanhas publicitárias contribuíram para disseminar o telefone e a sua utilidade, e também para abreviar essa resistência. É surpreendente como o telefone se tornou um dos inventos mais cobiçados pelas pessoas em quase todo o mundo.

Desejava-se que as novas tecnologias, símbolos de civilização e progresso, chegassem logo ao Império do Brasil. A telefonia veio compor um novo universo de invenções e de mudanças no contexto urbano. Os hábitos modificaram-se, sobretudo, em algumas capitais brasileiras que buscavam se assemelhar às grandes potências industriais.

Para estudar a telefonia na Bahia, escolhi procurar compreendê-la no contexto do surgimento das novas tecnologias, entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Para Lucia Sheila Blanc (1996, p. 56), é possível constatar a transcendência do espaço e a



dinamização do tempo, no período entre esses dois marcos, através do telégrafo, das ferrovias, dos barcos a vapor e do automóvel.

O marco cronológico escolhido para estudar a telefonia em Salvador estende-se, mais precisamente, de 1881, quando os telefones *privados* começaram a funcionar em Salvador, a 1924, quando se iniciou o sistema de telefonia interurbano, motivado pelo interesse do Governo Estadual em melhorar a comunicação entre o interior e a capital baiana.

A telefonia *privada* limitava-se a interligar prédios comerciais e residenciais numa mesma região. As ligações eram diretas, entre um prédio e outro, sem mediação de telefonista. Em 1881, os inúmeros pedidos de concessão dirigidos à Câmara Municipal de Salvador para estender *linhas privadas* na cidade mostram a importância desse instrumento para os estratos mais privilegiados da sociedade. Em 1883, o inglês Pellew Wilson Jr. entrou com pedido na Câmara Municipal de Salvador para explorar a telefonia de rede, mas, somente no ano seguinte, por causa de divergências políticas entre autoridades provinciais e municipais, a implantação das linhas e postes foi iniciada. Apesar de uma lista inicial conter 96 solicitações, a concessionária atendeu a apenas 27. Estas, a partir de então, puderam experimentar o sistema inventado por Bell.

O sistema telefônico de Bell, ao contrário da telefonia privada, interligava várias linhas num sistema, requerendo a mediação de um telefonista. Esse fato contribuiu para o surgimento de uma nova função profissional na cidade. O novo sistema também permitiu a extensão das linhas entre o Rio Vermelho e Itapagipe. Com isso, as elites de Salvador passaram a contar com mais um instrumento que lhes garantia o desejo de se deslocarem para áreas mais próximas do mar. Em poucos anos, configurou-se uma nova geografia urbana que separava nitidamente ricos e pobres.

Com apenas um ano em operação, constatou-se que, durante as 24 horas do dia, cerca de mil pessoas conversavam pelas linhas telefônicas. Em 1898, na Cidade Baixa, surgiu o primeiro telefone público, disponível para os usuários de menor poder aquisitivo. Na década de 1920, a cidade já possuía mais de três mil assinantes que, diariamente, faziam 58 mil ligações. Os números revelam que, no contexto da modernidade, a telefonia foi uma das tecnologias mais cobiçadas pelos soteropolitanos de maior poder aquisitivo, e a que mais teria contribuído para manter fechadas as relações entre eles.

Na historiografia sobre Salvador e seu processo de modernização, a partir do início da República, pouco se escreveu sobre a telefonia, o impacto que teria tido no contexto social, a natureza dos contatos e o processo de interação entre indivíduos, por meio de redes de fios estendidas pelas ruas. Tem-se dado relevância à modernização da cidade, aos festejos de Dois de Julho, à vida das mulheres, à cultura popular e ao cinema, como uma nova opção de lazer incorporada ao cotidiano soteropolitano.

Todavia, em sua recente obra *50 Anos de Urbanização – Salvador da Bahia no Século XIX* (2005), a historiadora Consuelo Novais Sampaio faz uma vasta leitura da inserção de tecnologias no contexto urbano, enfatizando, sobretudo, o telefone, telégrafo, fonógrafo, cinema, etc. nomes que passaram a circular no imaginário coletivo dos moradores da capital. Nesse estudo, a autora dedica especial atenção ao meu trabalho sobre a telefonia em Salvador.



Tempos modernos chegando, tilintou o telefone...

No final do Império e início da República, a telefonia já estava em funcionamento em Salvador, antes mesmo de os soteropolitanos experimentarem os automóveis, a luz elétrica, os cinematógrafos, o bonde e o elevador elétricos. Logo, a elite quis adquirir essa invenção, inicialmente como objeto de luxo; depois como instrumento de primeira necessidade. Desde 1881, quando entrou em funcionamento a telefonia privada, os soteropolitanos incorporaram o hábito de usar o telefone para articular encontros sociais, compromissos sociais etc. A pesquisa permite-me afirmar que houve uma mudança na sociabilidade dos cidadãos mais abastados de Salvador. Apesar de geograficamente estarem a uma longa distância, foram capazes de manter os laços sociais. Comunicando-se entre si, os usuários reforçavam os seus elementos de identificação.

Os soteropolitanos modificaram, com a implementação do telefone, a maneira de se associar uns com os outros. Novos hábitos urbanos foram incorporados no cotidiano, principalmente na forma de apresentação pública e de estabelecer os laços sociais. A partir de 1888, os jornais divulgavam que o telefone era um canal para tecer laços sentimentais, sobretudo de casamento (GAZETA DA TARDE, 1888). Diante disso, pode-se inferir que os usuários viam nele uma possibilidade de fazer investidas de caráter afetivo; através das conversações telefônicas, como ocorreria no século 20, por exemplo, as telefonistas passaram a ser vítimas de constantes assédios masculinos. Por outro lado, os médicos passaram a utilizá-los para programar as consultas com seus pacientes ou para socorrê-los em situação de urgência. Os aparelhos lhes permitiram poder trabalhar mais em diversos lugares, sem o prejuízo de não serem localizados.

Com frequência, a imprensa local publicava notícias e artigos sobre a utilidade dos serviços para a cidade. Muitos segmentos sociais, como médicos e comerciantes, divulgavam o número de seus telefones para facilitar a comunicação com seus pacientes e clientes. Mesmo sendo o telefone um objeto de distinção social, as classes menos abastadas estavam cientes de sua existência. Os postes instalados nas ruas da cidade aumentavam a curiosidade dos *excluídos da modernidade das máquinas*. Não demorariam a perceber que os órgãos de repressão do Estado poderiam ser mobilizados com maior rapidez e facilidade no controle da ordem pública.

Essa idéia transparece na letra de *Pelo Telefone*, o primeiro samba gravado no Brasil em 1917, pelo compositor Donga, baiano e radicado no Rio de Janeiro: *O chefe da polícia, pelo telefone, mandou me avisar...* Cristalizou-se a representação popular desses aparelhos, não somente como um objeto de utilidade, mas também como capital simbólico de distinção social.

Os trotes

O número de ligações telefônicas indica o nível de proximidade nos contatos sociais travados pela população de uma cidade. Entre 1884 e 1889, a Empresa Telefônica da Bahia informou ao governo que os 298 assinantes de Salvador realizaram, juntos, uma média de 30.000 ligações mensais, isto é, mais de 3 ligações diárias por aparelho. Esse número indica a boa aceitação do telefone pelos soteropolitanos. Os serviços eram prestados por 15 dos 22 empregados da Empresa (APEB, seção Colonial/Provincial, 1887-89).



A partir da década de 1890 e da virada do século XX, o telefone, antes visto como objeto de luxo, passou a ser acessível a um número crescente de pessoas. Com a ampliação do serviço, os assinantes sentiram-se estimulados, cada vez mais, a utilizar o telefone para manifestar insatisfações, fazer brincadeiras e expor sentimentos amorosos. Com isso, houve um grande crescimento no número de *trotes*, isto é, de ligações feitas com a intenção de agredir, zombar ou enganar o interlocutor, aproveitando-se do anonimato oferecido pelo sistema telefônico. O trote passou a fazer parte do cotidiano da cidade, principalmente após uma grande reforma realizada no sistema telefônico de Salvador em 1911.

Três anos depois, o jornal *A Tarde* (7 jul.1914) publicou na primeira página uma matéria intitulada: O telefone passa a ser um aparelho infernal. Logo abaixo do título, havia a gravura de um telefone com uma legenda informando ser este *aparelho [um] veículo de incômodos e xingamentos*. A reportagem narrava o caso ocorrido numa maternidade, em que o autor do trote utilizou o nome de figuras conhecidas na sociedade da época para ludibriar suas vítimas.

Às tantas horas da madrugada, tilintou a campainha do aparelho da maternidade, onde era absoluto o silêncio e o repouso. O médico de plantão correu ao fone e recebeu o recado. O Dr. X (e foi dito o nome de um médico ilustre) pede pra preparar as cousas de modo a que possa fazer a intervenção cirúrgica numa senhora, já em estado de eclampsia, que seguiu para aí. O médico providencia, acorda as enfermeiras e dispõe aparelhos, prepara-se para salvar a anunciada enferma..., mas ela não aparece. Era uma perversidade: o Dr. X não mandara recado algum. Por sua vez, é impossível saber quem o perverso, desde que as “moças da Central” guardam inviolável sigilo. E assim vai se tornando o telefone um instrumento infernal.

Em 1924, a vítima do trote foi o governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon. Alguém telefonou para sua residência, obrigando-o a escutar palavras indecorosas e xingamentos. A companhia telefônica procurou apurar imediatamente a ocorrência, que perturbara a autoridade máxima do Executivo estadual. O Dr. Dagoberto de Menezes, fiscal do serviço telefônico de Salvador, garantiu que seriam tomadas enérgicas providências sobre o incidente ocorrido com V. Exa, hoje, às 13 horas e 10 minutos e levamos ao vosso conhecimento que, nos merecendo o assunto toda atenção, agimos imediatamente com severidade (APEB, seção Republicana, 1924. Comunicado da CBEE ao Governador do Estado da Bahia, 14/05/1924).

As telefonistas

Na Bahia do início do século XX, ao contrário do que ocorria no século anterior, a profissão de telefonista passou a ser exercida predominantemente por mulheres. Essa mudança importantíssima adequava-se ao novo cenário republicano, em que as mulheres começavam a circular com maior frequência no espaço público. A presença feminina nas ruas, ocupando profissões como a de telefonista, foi alvo de críticas de baianos mais conservadores.

O conservadorismo também se manifestou nos órgãos de imprensa que reclamavam do código de silêncio das telefonistas, quando não denunciavam os autores dos *trotes*. As críticas provavelmente continham uma implícita má vontade contra essas trabalhadoras, pelo fato delas exercerem uma profissão fora do lar.



As mulheres telefonistas eram comportadas e se vestiam conforme as exigências da época para não serem confundidas com *mulheres públicas*. Em 1910, uma fotografia da estação Central, na Praça Ramos de Queiroz, atualmente Praça da Sé, próxima ao Plano Inclinado Gonçalves, revela a sala das telefonistas. Isoladas ali, as telefonistas se dedicavam a operar o sistema telefônico da cidade. Entravam em contato com cada assinante apenas por alguns segundos, para viabilizar a ligação. A sala era iluminada por uma lâmpada incandescente instalada no teto. Por toda extensão, havia mesas de operação e, sobre cada uma delas, um abajur que as ajudava na execução dos serviços.

A capacidade da telefonista é o melhor elemento para um serviço rápido e eficiente, comentou o fiscal Moreira Beyjamim, no Histórico do Serviço Telefônico da Cidade do Salvador (APEB, seção Republicana, 1927). Por isso a seleção das telefonistas era bastante rigorosa. De acordo com o documento citado, a companhia mantinha um posto médico no Centro Telefônico (Estação Central) com todo o aparelhamento necessário ao exame prévio das candidatas a telefonistas. Este exame é o mais rigoroso possível sob o ponto de vista da resistência física, do bom ouvido e da ausência de moléstia, principalmente contagiosa.

Havia toda uma organização social para colocar em funcionamento o sistema telefônico. Essa rede de comunicabilidade era formada pelas telefonistas e pelos usuários que, diariamente, faziam contatos pelas linhas e dinamizavam o fluxo de informação na cidade. As telefonistas ocuparam a função de mediadoras da conversação telefônica, atividade que exigia comportamento moral inatacável, saúde e silêncio – o silêncio, como já dito, fazia parte do código de ética profissional e garantia prestígio social a essas trabalhadoras.

Ordem pública

Ainda no Império, na década de 1880, as autoridades receavam que as conversas telefônicas pusessem em risco a segurança pública. Essa desconfiança motivou diversas leis imperiais e republicanas restringindo o uso de aparelhos telefônicos pela maioria da população. O anonimato da identidade, numa conversa telefônica, estimulava os assinantes a expressarem sem temor seus sentimentos e opiniões. Temia-se que esse fluxo livre de informação facilitasse ações coletivas de oposição ao regime.

Ao mesmo tempo, porém, a telefonia foi muito útil no controle da ordem pública. A possibilidade de conectar as instituições sociais, numa rede de comunicação instantânea, facilitaria a vigilância e o controle sobre a população, de modo que, em caso de sublevação, a ação dos órgãos de repressão seria mais rápida. Por isso, sem a devida fiscalização das autoridades, a extensão das linhas era proibida, uma vez que poderia ameaçar a estrutura de poder das instituições do país.

O Estado compreendeu que as repartições deveriam estar conectadas para que a governabilidade e a ordem pública fossem garantidas. Nesse sentido, deu início a várias medidas: protegeu as linhas do governo; designou certas repartições principais (escolhidas pela autoridade provincial para se beneficiarem de aparelhos de uso gratuito), como quartéis, fortes, porto, polícia e alfândega; e garantiu aos altos funcionários do governo abatimento nas tarifas telefônicas. Tudo isso revela a importância que se atribuiu à telefonia para a consolidação do poder governamental.



Controlar as massas em situação de sublevação seria bastante perigoso para as elites. Durante o período republicano, os métodos de controle foram reforçados pela vigilância sobre as camadas pobres que circulavam nas ruas para garantir o sustento. Em muitos episódios, como brigas de rua, conflitos entre militares, e na resistência à Proclamação da República, a telefonia foi o meio mais prático para mobilizar os órgãos de repressão.

A telefonia motivou o surgimento de novos comportamentos no contexto urbano como a prática do trote e hábitos de galantear pelo telefone, aspectos que deram novas conotações às noções sobre o espaço público e privado. Os contatos interpessoais entre os assinantes ganharam um novo perfil, sem a necessidade da presença física dos interlocutores num mesmo espaço e completamente destituídos de visibilidade do rosto. Tudo isso inaugurou, na sociedade soteropolitana, um novo modelo de interação social.

CONCLUSÃO

A tradição e a modernidade faziam parte de uma mesma cidade. E o telefone foi, nesse contexto, um meio fundamental de articulação de mudanças tanto sociais, quanto no desenho urbano de Salvador. Entre essas, verificou-se que os cidadãos, que tiveram acesso aos aparelhos, restabeleceram novas formas de contatos interpessoais, as mulheres garantiram uma nova oportunidade de trabalho e a cidade se expandiu para as “áreas ventiladas”. Sem esquecer o fato de que as instituições soteropolitanas se valeram dos aparelhos para melhor exercerem a função que lhe cabia como manterem coesas as estruturas sociais. Foi assim inaugurado “a modernidade sem rosto”, pelo fato de os interlocutores comunicarem-se num ambiente completamente destituído de visibilidade e corporalmente distantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Algazarra nas Ruas**. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BLANC, Lucia Sheila. **Distante, não obstante próximos**. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS, 1996.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres**. Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita. Salvador: mestrado em história/ Ufba, 1994

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. **“Fazendo Fita”**: Cinematographos, Cotidiano e Imaginário em Salvador –1897/1930. Salvador: Dissertação de Mestrado/Ufba, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. Salvador: Edufba, 1996.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se**. Idéias de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Modernização Urbana. Salvador (1912-1816). Salvador: Dissertação (Mestrado em História) / FFCH/Ufba, 1996.



MACIEL, Lara Antunes. **Cultura e Tecnologia**: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *In Revista Brasileira de Histeria*. São Paulo, ANPUH/ Humanistas Publicações, v. 21, nº 41, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SEVCENKO, N. (org.) **História da Vida Privada no Brasil** – República: da Belle Époque a era do rádio (3). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Documentos Primários

Gazeta da Bahia, jun/1888

Jornal *A Tarde* (7 jul.1914)

APEB, seção Republicana, 1927, caixa: 2386/ maço: 181/ doc: 764. Histórico do Serviço Telefônico da Cidade do Salvador, de 14/11/1927.

APEB, seção Colonial e Provincial. Aviso do Ministério Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Telegrama Recebido pelo Governo da Bahia / 1884, maço: 779.

APEB, seção Republicana, SAIC, 1924, caixa: 2336/ maço: 01. Comunicado da CBEE ao Governador do Estado da Bahia, Francisco Marques Góes Calmon, em 14/05/1924.

APEB, seção Republicana, série governo, caixa: 2386/maço: 181. Relatório do Serviço Telefônico de Salvador 1924-27.

APEB, seção Republicana, série governo, caixa: 2386/maço: 181. Relatório do Serviço Telefônico de Salvador 1924-27.